



***PRODUÇÕES E SABERES SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE NA
FORMAÇÃO INICIAL: EM DISCUSSÃO O GRUPO PET EDUCAÇÃO FÍSICA***

***PRODUCTIONS AND KNOWLEDGE ABOUT GENDER AND SEXUALITY
IN INITIAL EDUCATION: THE TUTORIAL EDUCATION GROUP PHYSICAL
EDUCATION UNDER DISCUSSION***

***PRODUCCIONES Y CONOCIMIENTO SOBRE GÉNERO Y SEXUALIDAD
EN LA FORMACIÓN INICIAL: EN DISCUSIÓN, EL GRUPO PET DE
EDUCACIÓN FÍSICA***

Matheus Bezerra de Souza¹

Sandra Novais Sousa²

RESUMO

O artigo objetiva analisar como as questões de gênero e sexualidade são tratadas na formação inicial em Educação Física, com foco, sobretudo, nas atividades desenvolvidas no contexto do Programa de Educação Tutorial (PET). Como procedimentos metodológicos, foram utilizados: pesquisa bibliográfica, a partir de autores que discutem as questões de gênero e sexualidade, e análise documental, tendo como fontes o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) de um curso de graduação em Educação Física, relatórios do Programa de Educação Tutorial (PET), Planejamentos Anuais e Relatórios de Atividades divulgados na página oficial da Pró-Reitora de Graduação (Prograd). Como resultados, aponta-se que somente duas disciplinas obrigatórias incluem esta temática em suas ementas; e, dentre as 157 atividades desenvolvidas pelo Grupo PET Educação Física, nenhuma abordou questões de sexualidade, e apenas uma envolveu discussões sobre gênero. Conclui-se que é possível observar o silenciamento das discussões sobre gênero e sexualidade no curso de Educação Física analisado.

PALAVRAS-CHAVE: Formação Inicial. Programa de Educação Tutorial. Gênero. Sexualidade.

¹ Mestrando. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil.

² Prof^a. Doutora Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil.

RESUMEN

El artículo tiene como objetivo analizar cómo se abordan las cuestiones de género y sexualidad en la formación inicial en Educación Física, centrándose especialmente en las actividades desarrolladas en el contexto del Programa de Educación Tutorial (PET). Como procedimientos metodológicos se utilizaron la investigación bibliográfica, a partir de autores que discuten las cuestiones de género y sexualidad, y el análisis documental, utilizando como fuentes el Proyecto Pedagógico de Curso (PPC) de un curso de graduación en Educación Física, informes del PET, Planes Anuales y Informes de Actividades publicados en la página oficial del Vicerrectorado de Graduación (Prograd). Como resultados, se señala que solo dos asignaturas obligatorias incluyen esta temática en sus programas; y de las 157 actividades desarrolladas por el Grupo PET Educación Física, ninguna abordó cuestiones de sexualidad, y solo una involucró discusiones sobre género. Concluye que es posible observar el silenciamiento de las discusiones sobre género y sexualidad en el curso de Educación Física analizado.

PALABRAS-CLAVE: Formación Inicial. Programa de Tutoría Educativa. Género. Sexualidad.

ABSTRACT

This article aims to scrutinize the treatment of gender and sexuality issues within the realm of initial formation in Physical Education, with a predominant focus on the activities cultivated within the purview of the Program of Educational Tutorial (PET). Methodologically, it harnesses bibliographic inquiry, drawing upon authors versed in the discourse of gender and sexuality, and undertakes documental scrutiny by drawing from the Pedagogical Course Project (PPC) of an undergraduate program in Physical Education, PET reports, Annual Plans, and Activity Reports as publicized on the official platform of the Pro-Graduation Vice Rectorate (Prograd). The findings discern that merely two compulsory courses encompass this thematic concern within their curricular content. Out of the 157 undertakings orchestrated by the PET Physical Education Group, none delve into sexual issues, with just a solitary instance of gender discussions. The denouement of this exploration accentuates the discernible muting of dialogues surrounding gender and sexuality within the observed domain of Physical Education course.

KEYWORDS: Initial Education. Tutorial Education Program. Gender. Sexuality.

Introdução

O objeto de estudo da Educação Física, conforme a Resolução CNE nº 6, de 18 de dezembro de 2018, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) dos cursos de Graduação em Educação Física, é “a cultura do movimento corporal”, objetivando “atender às necessidades sociais no campo da saúde, da educação e da formação, da cultura, do alto rendimento esportivo e do lazer” (Conselho Nacional de Educação, 2018, p. 48). No entanto, Mauro Betti (2007, p. 2007) explica que a Educação Física

compreende não só o saber sobre o movimento, mas reflexões e questionamentos que surgem a partir das interações realizadas nas práticas corporais, pois o “movimentar-se” se constitui como um meio de comunicação e interação com o mundo, construindo e ressignificando a cultura (Betti, 2007).

Nesse sentido, para o autor, a Cultura Corporal de Movimento pode ser compreendida como “[...] aquela parcela da cultura geral que abrange as formas culturais que se vêm historicamente construindo, nos planos material e simbólico, mediante o exercício da motricidade humana [...]” (Betti, 2001, p. 156).

A Cultura Corporal do Movimento, portanto, contempla não só os aspectos físicos do movimento, mas as relações e ressignificações que ocorrem a partir dele, uma vez que, conforme Betti (2004), o corpo é um objeto histórico e social, permeado por um espaço multidisciplinar de saberes biológicos, psicológicos, sociais e também a matéria física que reflete estas relações sociais. O corpo, através do movimento, estabelece interações que perpassam e fazem parte de constructos sociais que demonstram e reforçam papéis de gênero socialmente impostos.

Nessa perspectiva, Helena Altmann, Eliana Ayoub e Silvia Cristina Franco Amaral (2011) apontam que as aulas de Educação Física refletem o tratamento diferenciado entre os gêneros quando se pensa nas práticas corporais e esportivas. Segundo as autoras, as concepções estereotipadas de feminino e de masculino foram justificadas, historicamente, a partir de um viés biológico, que atribui a homens e mulheres determinadas características inatas e, como consequência, levam a formas distintas de educar os corpos femininos e masculinos, desde a infância.

Ainda conforme as autoras, um dos desafios apontados por professores e professoras de Educação Física, em uma pesquisa realizada na Região Metropolitana de Campinas – RMC, consistiu em planejar aulas para turmas “mistas”, de forma que meninos e meninas pudessem participar: “As diferenças de desempenho de meninos e meninas nas práticas corporais aparecem como a principal fonte de conflitos e o aspecto mais considerado durante o planejamento das aulas.” (Atmann; Ayoub; Amaral, 2011, p. 49).

Daniela Auad e Luciano Corsino (2018, p. 6), sob essa ótica, consideram que os professores e professoras que “[...] rejeitam o debate de gênero constantemente presente nesses espaços e tempos escolares [...]” tendem a promover, em suas aulas, “[...] relações de gênero em seus arranjos mais desiguais, conservadores, cristalizados e empobrecedores de múltiplas vivências corporais.”

Dessa forma, questionamos: a formação inicial em Educação Física tem contemplado as questões de gênero e sexualidade? Os cursos de graduação têm formado profissionais que mobilizam “conhecimentos procedimentais e éticos da intervenção profissional em Educação Física” (Brasil, 2018, p. 49), levando em consideração, entre outros aspectos, a diversidade cultural, as diferenças individuais e as desigualdades de acesso ao esporte e às práticas corporais entre homens e mulheres?

Tendo como base esses questionamentos, o presente artigo aborda a presença ou ausência das questões de gênero e sexualidade na formação inicial em Educação Física, a partir da análise dos Projetos Pedagógicos de Curso e das atividades desenvolvidas no contexto do Programa de Educação Tutorial (PET), especificamente pelo Grupo PET Educação Física da Faculdade de Educação (Faed) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

O Programa de Educação Tutorial (PET) é uma política pública instaurada pela Lei nº 11.180/2005, e visa o fomento da Educação Tutorial para o aperfeiçoamento do ensino superior, baseado na tríade universitária: pesquisa, ensino e extensão (Brasil, 2005). Conforme Maria Graça Moraes Braga Martin (2005), o PET foi inspirado em programas europeus, surgindo no cenário brasileiro em 1979, como um elemento sistemático de formação de pesquisadores, visando os interesses capitalistas de um país que vivia, à época, em um regime de ditadura, justificado pelos interesses públicos e como meio de fomento a tecnologia. Posteriormente, tornou-se uma ferramenta de formação integral de pesquisadores e acadêmicos, respeitando elementos democráticos.

Esse histórico contraditório apresenta a complexidade do panorama do programa: são 43 anos desde seu surgimento como Programa Especial de Treinamento (PET), por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), ainda como uma sombra de modelos europeus.

O Programa passou por diversas tentativas de boicote e sucateamento, mas tem se mantido ativo. Nesse sentido, por sua história peculiar, abrangência e origem voltada para o investimento em uma formação essencialmente democrática, o PET se configura em um relevante objeto de investigação, sobretudo em um país que possui um histórico de períodos críticos de sucateamento e corte de verbas do ensino superior.

Dentre seus objetivos, elencados no “Manual de orientações básicas (MOB)”, estão: a promoção da formação ampla e de qualidade acadêmica; formulação de estratégias de aperfeiçoamento do ensino superior; estimulação da melhoria dos cursos de graduação com base na atuação de seus pares; e ofertar uma formação acadêmica de

excelente nível, visando a formação de um profissional crítico e atuante (Brasil, 2006). Desta forma, é possível perceber nos documentos oficiais do Programa de Educação Tutorial que ele é apresentado como uma política pública educacional de grande abrangência, referência nacional na formação democrática, emancipatória, crítica e baseada nos preceitos científicos que visam ao aperfeiçoamento acadêmico e científico.

O PET é organizado estruturalmente e administrativamente, conforme o Manual de Orientações Básicas (MOB), em três esferas. A primeira, o Conselho Superior, composto por secretário superior, diretor do Departamento de Modernização e Programas da Educação Superior, coordenador do PET, representante da comissão de avaliação (indicação do secretário), representante dos alunos (eleito), representante dos tutores (eleito) e representante dos pró-reitores (indicado pelo Fórum Nacional dos Pró-Reitores de Graduação das Universidade Brasileiras). A segunda esfera, os Comitês Locais de Acompanhamento, é composta por tutores, professores, pares conhecedores do programa e bolsistas. A última, Comissão de avaliação, é composta pelo diretor do Departamento de Modernização e Programas da Educação Superior, coordenador do PET e oito consultores externos nomeados pelo secretário. Todos respondem à Secretaria de Educação Superior (SESu) do Ministério da Educação (Brasil, 2006).

Ainda conforme disposto no MOB (Brasil, 2006), a implementação de um Grupo PET é um procedimento rigoroso, por meio de edital público, realizado pelo MEC através da SESu. As propostas de grupos PET submetidas e aprovadas, após avaliação e cumprimento do certame, devem ser implementadas pela Instituição de Ensino Superior (IES) após a homologação em edital específico publicado pelo MEC. O PET Educação Física Faed/UFMS foi constituído em 1º de junho de 2006, atuando sem interrupção desde então.

O MOB dispõe sobre os critérios de desligamento de petianos bolsistas do programa, dos quais destacamos dois: rendimento insuficiente no curso de graduação; e conclusão, trancamento de matrícula institucional ou abandono dos cursos de graduação (Brasil, 2006). Tais cobranças demonstram a preocupação da política pública educacional em se constituir como um diferencial na busca pelo aperfeiçoamento acadêmico e profissional.

Desta forma, justifica-se a estratégia de analisar as atividades desenvolvidas no contexto do PET Educação Física para compreender a presença ou ausência das discussões sobre diversidade, gênero e sexualidade nas práticas corporais e esportivas no espaço da graduação em Educação Física.

Para nos aproximarmos deste objetivo, como procedimentos metodológicos foram realizadas pesquisa bibliográfica, mais precisamente uma revisão de literatura, e análise documental. Conforme Nóbrega-Therrien e Therrien (2004, p. 8), a revisão de literatura objetiva “Desenvolver a base teórica de sustentação/análise do estudo, ou seja, a definição das categorias centrais da investigação”, tendo como procedimentos a realização de um “Levantamento bibliográfico para a compreensão e explicitação de teorias e categorias relacionadas ao objeto de investigação” e como fontes “Teses, dissertações, relatórios de pesquisa e estudos teóricos” A revisão de literatura foi realizada a partir de autores e autoras que discutem as questões de gênero e sexualidade, com destaque para Guacira Lopes Louro, Keila Deslandes, Jimena Furlani, Maria Teresa Bejarano Franco e Irene Martínez Martín, entre outras/os.

Para a análise documental, utilizamos como fontes os Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) dos cursos de graduação em Educação Física Licenciatura e Bacharelado da Faed/UFMS, relatórios disponibilizados na plataforma do Sistema de Gestão do Programa de Educação Tutorial (SIGPET), Planejamentos Anuais e Relatórios de Atividades divulgados na página oficial da Pró-Reitora de Graduação (Prograd).

Berenice Corsetti (2006) considera que a análise documental, nas pesquisas em educação, permite um retrato com propriedade de determinado fato ou fenômeno, proporcionando um recorte confiável do que será analisado pelos/as pesquisadores/as.

A técnica de análise dos dados utilizada foi análise compreensivo-interpretativa, na qual, conforme Elizeu Clementino de Souza (2014, p. 43), o pesquisador realiza a análise em três tempos: “Tempo I: Pré-análise / leitura cruzada; Tempo II: Leitura temática - unidades de análise descritivas; Tempo III: Leitura interpretativa-compreensiva do *corpus*.”

Nesta técnica, os três tempos de análise “gradua entre si relações de dialogicidade e reciprocidade, tendo em vista que mantem entre si aproximações, vizinhanças, mas também singularidade em seus tempos, momentos de análise”. (Souza, 2006, p. 43).

Para apresentar os resultados da pesquisa, o artigo foi organizado em quatro seções: “introdução”, em que contextualizamos o objeto de pesquisa e descrevemos os procedimentos metodológicos; “Gênero e sexualidade: aproximações conceituais frente ao contexto educacional”, que traz ao debate os conceitos de gênero e sexualidade, tendo os espaços educacionais como pano de fundo para as discussões; “Gênero e sexualidade na formação inicial em Educação Física na Faed/UFMS”, na qual trazemos os resultados

da análise documental, realizada a partir dos PPCs dos cursos de licenciatura e bacharelado em Educação Física da Faed/UFMS, bem como dos relatórios de atividades do Grupo PET Educação Física; e “Considerações finais”, em que buscamos sintetizar os resultados da pesquisa e apresentar algumas reflexões teórico-metodológicas que podem embasar futuras investigações.

Gênero e sexualidade: aproximações conceituais frente ao contexto educacional

As influências sociais e culturais que moldam as identidades de gênero e sexualidade são estabelecidas como padrões comportamentais e sociais. Com base em Guacira Lopes Louro, os conceitos de gênero e sexualidade são aqui entendidos como constructos históricos, sociais e culturais.

Donna Haraway (1995, p. 221, tradução nossa), explica que gênero é “um conceito desenvolvido para contestar a naturalização da diferença sexual em múltiplos terrenos de luta”³. Louro (2007, p. 209) compreende que “a sexualidade supõe ou implica mais do que corpos, que nela estão envolvidos fantasias, valores, linguagens, rituais, comportamentos, representações mobilizadas ou postos em ação para expressar desejos e prazeres”.

As relações heterogêneas e qualquer divergência social ou comportamental é vista com estranheza. Indivíduos que não vivenciam essa diversidade podem desenvolver indiferença ou receio de tais discussões, visto que para eles a norma social heterogênea é o aceitável e correto.

Nesse sentido, investigar as questões de gênero e sexualidade no contexto educacional implica entender a educação de uma forma mais ampla, para além dos espaços escolares, buscando compreender, conforme explica Jimena Furlani (2007, p. 271), “[...] a conexão entre os aspectos constitutivos e políticos dos sujeitos, suas identidades e as representações sociais que os constituem através de processos discursivos impregnados de desiguais relações de poder”.

Tais processos discursivos, que frequentemente legitimam os tratamentos desiguais, preconceituosos, opressivos e pautados pela ótica binária, permeiam toda e

³ No original em Espanhol: “Género es un concepto desarrollado para contestar la naturalización de la diferencia sexual en múltiples terrenos de lucha.”

qualquer relação social, pois, como afirma Louro (1999, p. 30), “Os corpos ganham sentido socialmente”. Segundo a autora:

Através de processos culturais, definimos o que é – ou não – natural; produzimos e transformamos a natureza e a biologia e, conseqüentemente, as tornamos históricas. [...] A inscrição dos gêneros – feminino ou masculino – nos corpos é feita, sempre, no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura. As possibilidades da sexualidade – das formas de expressar os desejos e prazeres – também são sempre socialmente estabelecidas e codificadas. As identidades de gênero e sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais, elas são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade. (Louro, 1999, p. 30).

A lógica binária, construída histórica, cultural e socialmente, define os papéis sociais que homens e mulheres, meninos e meninas devem desempenhar no emaranhado do tecido social. Essa lógica atinge todas as esferas, desde a familiar até a dos direitos civis, como pode ser exemplificado pela recente aprovação na Câmara dos Deputados, em 10 de outubro de 2023, do Projeto de Lei 5167/2009⁴, que estabelece que nenhuma relação entre pessoas do mesmo sexo pode equiparar-se ao casamento ou a entidade familiar. Na justificativa do referido projeto de lei, observamos as dinâmicas de poder e controle, nesse caso estatal, em movimento: “aprovar o casamento homossexual é negar a maneira pela qual todos os homens nascem neste mundo, e, também, é atentar contra a existência da própria espécie humana.” (Câmara dos Deputados, 2009, p. 8).

No entanto, nem sempre a dinâmica de poder que impele a normalização dos corpos é tão explícita. Conforme alerta Louro (2007, p. 216), “A dinâmica de poder entre os gêneros e as sexualidades é, muitas e muitas vezes, plena de sutilezas, insinuante, exercida com discrição, quase imperceptível”.

Nos espaços educativos formais – considerando-se desde a educação infantil até o ensino superior – essa dinâmica de poder aparece de várias formas, muitas naturalizadas na cultura escolar, como, por exemplo, nas filas de meninos e meninas, na separação dos brinquedos, brincadeiras, práticas esportivas, cores, vestuários e cortes de cabelo em masculinos e femininos, no silenciamento das questões de gênero e identidade de gênero nos currículos e, sobretudo, na “normatização dos comportamentos socialmente desejáveis” (Furlani, 2007, p. 79).

⁴ O referido projeto de lei seguirá para o Senado, onde será analisado e votado. Se for alterado, voltará para a Câmara dos Deputados, que analisará apenas as alterações. Após, seguirá para sanção ou veto do presidente da República.

Essa busca pela normatização/normalização dos comportamentos, visando a conformação dos sujeitos, evidencia as contradições que atravessam as relações nestes espaços privilegiados e estratégicos de socialização – aqui entendidos como os espaços educativos, incluindo desde a escola básica até a universidade.

A normalização dos comportamentos, dos corpos e das identidades se contrapõe às possibilidades formativas que são potencializadas nesses espaços repletos de diversidade, e que poderiam ser exploradas sob a ótica da alteridade. Como aponta Furlani (2007, p. 272), [...] todo processo e toda dinâmica de formação de identidades referem-se à existência de um ‘outro’ (que não sou eu; que é diferente de mim), o que torna identidade e alteridade componentes necessariamente inseparáveis.”

Concordamos com as análises de Keila Deslandes (2016), quando argumenta que, nos espaços educativos, espera-se que sejam fomentadas as discussões sobre as diversas configurações familiares e as diferentes formas que mulheres e homens se constituem e expressam suas sexualidades. Esses temas contêm direitos fundamentais que precisam ser respeitados pelos poderes legislativos dos estados e municípios brasileiros, reverberando nos planos educacionais e nos currículos da educação básica e dos cursos de formação de professores.

No entanto, como bem explica a autora, há diversos desafios a serem enfrentados para que os espaços educativos se tornem igualitários. Muitas vezes, as discussões sobre gênero e sexualidade ficam restritas aos grupos de pesquisa das instituições de ensino superior, que nem sempre dialogam com a sociedade em geral ou com a educação básica:

Sem financiamentos específicos para novas políticas públicas e sem o respaldo legislativo de sua previsão nos planos de educação, a construção de escolas promotoras da igualdade de gênero talvez se arrisque a se restringir novamente aos espaços do debate acadêmico universitário, por vezes pouco afeitos ao cotidiano escolar. (Deslandes, 2016, p. 34).

A priorização dos investimentos no campo educacional – desde a educação básica até o ensino superior – tem sido marcado pela lógica do capital. Os currículos são pensados a partir das exigências do mercado. “O aluno é concebido como um capital, o capital humano. Por isso, educar é investir nos processos pedagógicos de aquisição de habilidades, conhecimentos e competências para lidar com o mundo do trabalho” (Santos; Silva, 2020, p. 81).

A inclusão nos cursos de graduação de um currículo que se pautar na representação das diversidades de corpos, baseado na colaboração entre iguais, é condição essencial para a formação de professores e professoras (nas licenciaturas) e profissionais (nos bacharelados) de Educação Física que tenham condições concretas de fazer oposição às formas como as práticas corporais são normalizadas na sociedade.

Como explicitam Maria Teresa Bejarano Franco e Irene Martínez Martín (2022, p. 57):

Será a partir destes processos construídos em coletividade inclusiva que se privilegiará a democracia participativa, aquela que questiona permanentemente a autoridade do conhecimento patriarcal, colonial e capitalista imposto e acrítico. Um saber que vem invisibilizando discursos subversivos, saberes feministas, práticas educativas, sociais, inclusivas e corporeidades díspares.

O espaço universitário, incluindo os cursos de graduação em Educação Física, apesar das conquistas que foram sendo materializadas ao longo da história da educação, tem sido marcado pelas modelagens socioculturais que privilegiam corpos perfeitos, sexualizados, hipersexualizados, brancos e perfeitamente constituídos (Franco; Martín, 2022).

Ainda que seja um espaço democraticamente construído, por meios das lutas de movimentos sociais inclusivos, como um lugar privilegiado de construção de conhecimentos que se diferenciam do senso comum e do pensamento religioso, a universidade, como parte integrante da sociedade, conforme Igor Felipe Benatti, Viviane Queiroz e Andreza Marques de Castro Leão (2022, p. 147), é também um “espaço em que ocorre a propagação e a perpetuação dos estigmas, dos preconceitos, do sexismo e da hierarquização do machismo”.

Em sua pesquisa, que buscou compreender, por meio de uma revisão bibliográfica, a incidência da violência contra a mulher no contexto universitário, os autores concluíram que:

[...] o conceito de gênero ainda é utilizado e compreendido como sinônimo de sexo e a violência contra a mulher ainda tem seu reconhecimento predominante apenas na configuração do tipo física. A violência do tipo psicológica possui difícil identificação pelos universitários, apesar de sua grande recorrência nas universidades. (Benatti; Queiroz; Leão, 2022, p. 156).

A superação desse cenário implica, entre outras medidas, a inclusão das discussões de gênero e sexualidade nos currículos dos cursos de graduação, tanto em disciplinas obrigatórias e optativas como em projetos de ensino, pesquisa e extensão.

Para que as violências – de qualquer tipo – sejam reconhecidas como tal, faz-se necessário que as/os acadêmicas/os vivenciem discussões e debates que envolvam a desnaturalização dos discursos dominantes, legitimados e transmitidos nas instituições de ensino superior, as quais formam os profissionais que vão atuar nas escolas de educação básica.

De acordo com Maria José Camacho-Miñano e María Prat Grau (2018), os discursos incluem as práticas sociais, as formas de subjetividade e as relações de poder intrínsecas, e, no que se refere à Educação Física, é possível identificar dois grandes tipos de discurso: os orientados ao desempenho e os orientados à participação.

Nos discursos orientados para o desempenho, a aquisição de técnicas e habilidades próprias do esporte é priorizada nos currículos, as atividades são estruturadas em torno da competição e tendem a estimular o desenvolvimento de atributos considerados “masculinos”, como força, agressividade (Camacho-Miñano; Grau, 2018, p. 817).

Associado a esse discurso está também a ideia de promoção de estilos de vida saudáveis e ativos, o que, segundo as autoras, tem promovido erroneamente um parâmetro de referência de corpo saudável e em forma, que coincide de forma simplista com um determinado padrão estético ideal, “motivando o surgimento de novas hierarquias do corpo na EF [Educação Física] em relação ao tamanho, forma e peso corporal” (Camacho-Miñano; Grau, 2018, p. 817).

A EF, segundo esse tipo de discurso, é definida com base nos capitais físicos de ter um corpo forte, musculoso e em forma, ser fisicamente ativo e hábil em esportes, juntamente com disposições instrumentais para o sucesso esportivo, como ser competitivo e agressivo [...] Esta forma dominante de masculinidade incorpora o aluno de EF ideal, que por sua vez é construído relacionalmente contra outras masculinidades e feminilidades subordinadas, legitimando ideologicamente a dominação masculina e o patriarcado. (Camacho-Miñano; Grau, 2018, p. 818, tradução nossa⁵).

⁵ No original, em espanhol: “La EF según este tipo de discursos se define en base a los capitales físicos de tener un cuerpo fuerte, musculoso y en forma, ser físicamente activo y hábil en los deportes, junto con disposiciones instrumentales para el éxito deportivo, como ser competitivo y agresivo [...] Esta forma dominante de masculinidad encarna al estudiante de EF ideal, que a su vez se construye relacionalmente frente a otras masculinidades subordinadas y las feminidades, legitimando ideológicamente la dominación masculina y el patriarcado

Na contramão desses discursos orientados ao desempenho, as autoras mencionam os discursos orientados à participação, voltados, como o nome indica, ao propósito de aumentar a participação das/os alunas/os na “cultura do movimento” (Camacho-Miñano; Grau, 2018). Advogam, assim, a favor da construção de uma Educação Física com abordagem inclusiva e abrangente, em que o currículo priorize o vivenciar dos corpos e movimentos, dando especial importância ao experiencial, à consciência expressiva, motora e corporal, grupal e colaborativa. Esse currículo inclusivo busca, ainda, romper com a ideia de corpo-objeto e corpo genérico sustentado pelo discurso técnico que tem predominado na Educação Física, para focar no corpo-sujeito, nas identidades diferenciais e no valor comunicativo do corpo, revalorizando os capitais físicos vinculados à feminilidade

Frente a estas considerações conceituais sobre as relações entre Educação, gênero e sexualidade, na próxima seção analisaremos especificamente como estas discussões permeiam a formação inicial em Educação Física nos cursos de graduação – bacharelado e licenciatura – da Faculdade de Educação (Faed) da Universidade Federal de Mato Grosso Sul (UFMS).

O gênero e a sexualidade na formação inicial em Educação Física: em discussão a matriz curricular e as atividades do Grupo PET da Faed/UFMS

O curso de graduação em Educação Física – Licenciatura da Faed/UFMS possui regime semestral, com a carga horária de 3.481 horas distribuídas em oito semestres. Já o Bacharelado, também em regime semestral, prevê 3.274 horas para integralização do curso, com as componentes curriculares disciplinares e não disciplinares organizadas em oito semestres. Ambos os cursos são presenciais, possuem entrada única e oferecem 50 vagas a cada processo seletivo.

Os Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) da licenciatura e do bacharelado são estruturalmente semelhantes nos seus elementos textuais, diferindo-se ligeiramente a partir do item 7, que trata do “Currículo”, ou da distribuição das componentes curriculares disciplinares e não disciplinares ao longo dos oito semestres.

Apesar de indicarem que, no curso, a produção do conhecimento histórico, acadêmico e escolarizado deverá se constituir de forma interdisciplinar, orientando-se, entre outros aspectos, para o aprofundamento “[...] das discussões sobre relações étnico-raciais, interculturais, éticas, meio ambiente, direitos humanos, **gênero e sexualidades**”

(Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2022a, p. 14; 2022b, p. 14, grifo nosso), são encontradas as discussões sobre gênero e sexualidade nas ementas de apenas duas disciplinas obrigatórias, oferecidas nos dois cursos, a saber, “Metodologias do Ensino das Danças” e “Sociologia da Educação Física e do Esporte”, e duas disciplinas optativas: “Educação Física, Corpo e Cultura”, também oferecida nos dois cursos, e “Profissão Docente: Identidade, Carreira e Desenvolvimento Profissional”, ofertada somente no PPC do curso de licenciatura.

O Quadro 1 traz uma síntese das informações sobre essas disciplinas:

QUADRO 1 - Disciplinas dos cursos de Educação Física – Bacharelado e Licenciatura – que abordam a temática de gênero e sexualidade

Nome	CH	Ementa
Metodologias de Ensino das Danças:	68	A dança e suas diferentes formas de manifestação ao longo da história. Dança e cultura. Linguagem, consciência e expressão corporal. Estudo das vertentes e estilos das danças. As danças e suas relações com a mídia, corpo, gênero e sexualidade a partir da área de direitos humanos. Relações étnico-raciais no ensino da dança. A dança no contexto da Educação Física Escolar. Metodologias de ensino da dança. A criatividade e o processo coreográfico como possibilidade educativa
Sociologia da Educação Física e do Esporte	68	Conceito de Sociologia. Conceito de Sociologia do Esporte e sua relação com a Educação Física. Esporte nas Sociedades contemporâneas globalizadas, suas implicações na Política e Estado, nos direitos humanos, na formação da identidade social, no consumo e no espetáculo midiático. Reflexões da Sociologia crítica do Esporte sobre as relações étnico-raciais, a educação ambiental e o urbanismo, a violência, a religião, a saúde, a tecnologia, ao gênero e a sexualidade
Educação Física, Corpo e Cultura	34	Corporeidade: a construção social do corpo humano. O corpo como produto e produtor de cultura. Múltiplos olhares sobre o corpo: relações sociais, relações de gênero, consciência corporal e de idade. Educação Física: dos corpos esculturais aos corpos culturais dos sujeitos. Reflexão sobre o corpo humano na Educação Física na Educação Básica.
Profissão Docente: Identidade, Carreira e	68	A construção da identidade profissional: relações de gênero, classe e as representações socioculturais da profissão. Profissionalização, choque de realidade e socialização profissional. O magistério como carreira:

Desenvolvimento Profissional		acesso, progresso e organização sindical. Absenteísmo e mal-estar docente
------------------------------	--	---

Fonte: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2022a; 2022b.

Para Tomaz Tadeu Silva (1999, p. 97) “[...] o currículo é, entre outras coisas, um artefato de gênero: um artefato que, ao mesmo tempo, corporifica e produz relações de gênero”. Assim, é possível observar que nos cursos de Educação Física Bacharelado e Licenciatura da Faed/UFMS há um silenciamento do currículo oficial no que se refere ao aprofundamento das discussões inerentes à temática de sexualidade e gênero.

Historicamente, como explica Carmen Lúcia Soares, a Educação Física foi criada com base em:

[...] fundamentos sociológicos, filosóficos, antropológicos, psicológicos, e, enfaticamente, nos biológicos para educar o homem forte, ágil, apto, empreendedor, que disputa uma situação social privilegiada na sociedade competitiva de livre concorrência: a capitalista. (Soares *et al.*, 1992, p. 36).

Nessa perspectiva biologizante, a Educação Física esteve comumente relacionada a práticas de padronização corporal, naturalização de padrões sociais e disciplinarização dos corpos, a partir de um discurso higienista e eugenista, que marcou, ao longo do tempo, a forma como os currículos de formação de profissionais da área foi construído.

As discussões sobre gênero e sexualidade, sob a ótica aqui tratada, têm tido pouco espaço nos currículos da graduação em Educação Física. A pesquisa de Carla Chagas Ramalho *et al.* (2022), que analisou Projetos Pedagógicos de Curso de dez universidades públicas de Minas Gerais, totalizando vinte cursos analisados, sendo dez de licenciatura e dez de bacharelado, apontou resultados semelhantes ao que encontramos nos cursos da Faed/UFMS. Das 538 ementas de disciplinas dos cursos de licenciatura, 17 disciplinas continham o termo “gênero”, sendo 15 obrigatórias e 2 optativas. Nos cursos de bacharelado, das 512 disciplinas analisadas, 10 disciplinas obrigatórias e 01 optativa apresentaram o termo gênero.

No referido estudo são citadas outras pesquisas semelhantes, realizadas em outros estados:

Nicolino (2018 apud ARAÚJO; SILVA, 2019) também relata em seu estudo que a presença de discussões sobre gênero dentro dos currículos de EF em toda região do Brasil, remete-se à apenas 10% dos documentos. Araújo e Devede (2019), em uma pesquisa feita com quatro universidades do Rio de Janeiro, foram encontradas apenas

quatro disciplinas dentro da proposta curricular de três IES, que abordavam a temática de gênero ou sexualidade. Conforme os autores, essas disciplinas representam 0,85% das ementas analisadas em um total de 467 ementas, destacando também que dessas quatro disciplinas, duas são optativas. (Ramalho *et al.*, 2022, p. 12).

Dessa forma, percebe-se que o silenciamento das discussões sobre gênero e sexualidade nos cursos de graduação em Educação Física é recorrente. Já nos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, aparentemente esse debate tem sido provocado. Em uma busca no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, com os termos “educação física”, “graduação” e gênero, combinados entre si por meio do operador booleano AND, encontrou-se 63 produções, sendo 12 em nível de doutorado e 51 em nível de mestrado.

No entanto, entendemos que desde a educação básica essas questões precisam ser incluídas nos espaços educativos. Para tanto, é essencial que os cursos de graduação, sobretudo as licenciaturas, incluam em suas matrizes curriculares disciplinas que possam contribuir para uma formação que priorize o enfrentamento das desigualdades de gênero e das violências e preconceitos contra os que não se submetem à normalização dos corpos impostas pela sociedade.

[...] acreditamos que o debate dentro de um curso de graduação que se embasa no corpo, na cultura corporal, no movimento, na ação histórica e social que o corpo nos proporciona, ajudará (sem ter a pretensão de uma solução simplista) o desatar de nós sociais que resultam numa violência descabida para quem está à margem dos padrões sociais. (Ramalho *et al.*, 2022, p. 12).

Considerando-se que o Programa de Educação Tutorial, conforme o Manual de Orientações Básicas (Brasil, 2006, p. 5), “[...] não visa apenas proporcionar aos bolsistas e aos alunos do curso uma gama nova e diversificada de conhecimento acadêmico, mas assume a responsabilidade contribuir para sua melhor qualificação como pessoa humana e como membro da sociedade”, analisamos, além da matriz curricular dos cursos, se o Grupo PET Educação Física tem contribuído para uma melhor qualificação dos e das estudantes da graduação em Educação Física para atuarem criticamente em favor da igualdade de gêneros nas práticas corporais e esportivas, bem como no enfrentamento de todo tipo de discriminação e preconceito ligado às identidades de gênero que fogem às normalizações sociais.

No grupo PET Educação Física, os acadêmicos possuem autonomia na escolha das temáticas trabalhadas nas ações de pesquisa, ensino e extensão. Os temas, por sua

vez, estão diretamente relacionados ao interesse cultural e social dos e das estudantes, bem como às disciplinas e demais atividades relacionadas ao curso de graduação.

Luciana Lopes Ferreira Correa (2021), após investigar os dezoito grupos PET pertencentes à UFMS, traçou o perfil dos e das estudantes participantes desse programa na instituição, concluindo que são, em sua maioria, brancos/as, sem deficiência, sem filhos/as, residindo com seus pais/mães e com proporções equivalentes entre homens e mulheres. Esse perfil de estudantes pode ter contribuído para a ausência de atividades relacionadas às temáticas raciais, de gênero e sexualidade nos grupos PET da UFMS.

No que se refere especificamente ao Grupo PET Educação Física, no ano de 2019, conforme o Planejamento anual (Brasil, 2019⁶) foram realizadas 39 atividades. Dentre estas, observamos a utilização do termo “Gênero” apenas três vezes, mas não no sentido discutido neste artigo, e sim como designação e tipificação de jogos pré-esportivos e esportivos. O termo “sexualidade”, por sua vez, não obteve resultados na pesquisa. Tal ausência não significa a invalidação das atividades realizadas, visto que são pertinentes aos contextos sociais e culturais da área da Educação Física. No entanto, pode ser reflexo da matriz curricular dos cursos de Educação Física Bacharelado e Licenciatura, a qual não explora, em profundidade, as discussões de gênero e sexualidade.

TABELA 1 – Atividades planejadas em 2019

Temática	Pesquisa	Ensino	Extensão	Outras
Jogos Eletrônicos e Digitais	2	2	1	-
Jogos de simulação <i>Paintball</i> ⁷	1	2	1	-
Estilo de Vida de Acadêmicos	1	1	1	-
Índice de tabagismo de acadêmicos	1	-	-	-
Consumo de excessivo de Bebidas Alcoólicas por acadêmicos	1	-	-	-
Promoção à Saúde no contexto escolar	1	-	-	-
Excesso de Peso	1	-	-	-
Evento: Semana Mais esporte	-	1	-	-
Impactos PET	1	-	-	-
Participação em Eventos ⁸	-	-	-	4
Organização de Eventos	-	-	-	4

⁶ Os planejamentos anuais e os relatórios de atividades do Programa de Educação Tutorial são inseridos pelos/as responsáveis pelos Grupos PET no “Sistema de Informação Gerencial para Programa de Educação Tutorial – (SIGPET)”, plataforma administrada pelo Ministério da Educação. Na UFMS, a Pró-Reitoria de Graduação (Prograd) disponibiliza os documentos na íntegra, em sua página oficial, depois que são aprovados e homologados. Assim, por se tratarem de documentos oficiais, que possuem timbres do MEC e SIGPET, esses relatórios e planejamentos anuais, quando citados, serão referenciados como de autoria institucional do governo federal (Brasil), da mesma forma como são referenciados outros documentos, como editais, portarias, manuais etc.

⁷ Esporte de combate individual ou em equipe que utiliza marcadores de tinta em uma partida simulada de combate.

⁸ ENAPET (Encontro Nacional do Programa de Educação Tutorial), ECOJET (Encontro Centro-Oeste dos Grupos PET) e InterPET.

PET que fim Levou	-	1	-	-
Campanha doação de sangue	-	-	-	3
Atividades Internas	-	-	-	8
Plantão Tira Dúvidas	-	1	-	-
TOTAL	9	8	3	19

Fonte: Brasil (2019).

Deborah Britzman (1999) afirma que a cultura social escolar impede a discussão e o de desenvolvimento de temáticas envolvendo sexualidade para além de questões de saúde e doenças sexualmente transmissíveis. A invisibilização da temática e o cerceamento das discussões sobre sexualidade e gênero, inclusive com a ausência na matriz curricular da graduação, pode gerar nos e nas estudantes o sentimento de estranhamento e o receio em aprofundar-se na temática.

No ano de 2020, o planejamento anual (Brasil, 2020a) apresentou 40 atividades a serem realizados pelo grupo. Apesar do grande número de atividades, os temas “gênero” e “sexualidade” não apareceram na centralidade de nenhuma atividade. O termo “gênero” aparece citado seis vezes no documento, mas ainda na perspectiva de tipificação, enquanto o termo sexualidade não apresentou correspondência. Contudo, houve atividades relacionadas as questões étnico raciais, educação inclusiva e esportes universitários, temáticas que, dentro da área da Educação e Educação Física, abordam questões minoritárias.

TABELA 2 – Atividades planejadas em 2020

Temática	Pesquisa	Ensino	Extensão	Outras
Jogos de Matriz Indígena e Africana	1	3	2	-
Do open bar ao open esporte (Associações Atléticas Acadêmicas)	-	1	-	-
O papel das Associações Atléticas Acadêmicas no fomento do desporto	1	-	-	-
Voleibol Adaptado	1	2	1	-
Inclusão na Educação Física escolar: dando voz aos alunos com deficiência físico-motora	1	-	-	-
Hidroginástica para idosos	1	1	2	-
CapacitaPET	1	1	1	-
Atividades Aquáticas para a Terceira Idade	1	1	1	-
PET que fim levou	-	1	-	-
Evento: Semana Mais esporte	-	1	-	-
Participação em Eventos ⁹	-	-	-	4
Organização de Eventos	-	-	1	3
Campanha doação de sangue	-	-	-	1
Atividades Internas	-	-	-	5
Plantão Tira Dúvidas	-	-	-	1
TOTAL	7	11	8	14

Fonte: Brasil (2020a, 2020b).

⁹ ECOPET, INTERPET, ENAPET.

No ano de 2021, conforme dados do SIGPET (Brasil, 2021a) foram 28 atividades planejadas. As atividades foram direcionadas ao campo da saúde coletiva e dos esportes, com atividades diversificadas no âmbito da atividade física e saúde. O termo “gênero” apareceu 12 vezes no planejamento, inclusive como objetivos de atividades, sendo o mais citado: “Alcançar a igualdade de gênero e empoderar mulheres e meninas [...]” (Brasil, 2021a, p. 23)”. E como sugestão de atividade de palestras e minicursos do Evento CapacitaPET¹⁰ com as temáticas “[...] a) Universidade e diversidade gênero: pressupostos emancipatórios e de empoderamento [...]” e “[...] h) Gênero e mercado de trabalho a partir de olhares de áreas [...]” (Brasil, 2021a, p. 34).

Inserida nas atividades da temática “Práticas corporais de aventura urbana e Educação Física Escolar”, está o futebol de mulheres, o qual, conforme o relatório de atividades 2021 (Brasil, 2021b), na atividade de pesquisa, ensino e extensão “Pedagogias Culturais do Futebol de Mulheres nas mídias sociais” aborda o futebol de mulheres enquanto prática esportiva que sofre com ataques constantes.

Cláudia Samuel Kessler (2020) faz uma analogia entre o futebol de mulheres e uma “nota de rodapé”: segundo a autora, os dois são constantemente invisibilizados e ignorados, estão raramente no centro das discussões, sempre às margens, como elementos textuais resumidos em poucas linhas. A própria utilização do termo “futebol de mulheres” demonstra a complexidade da atividade e a preocupação com o rompimento dos papéis previamente estipulados de gênero em um ambiente que geralmente é masculinizado.

Para Kessler (2020, p. 51):

Entende-se que o futebol praticado por mulheres não deve ser adjetivado ou que não se deve ser imposto a essa prática as noções de feminilidade ressaltadas pelo senso comum, estigmatizando as mulheres e cobrando delas atributos como sensualidade, fragilidade e delicadeza.

Neste sentido, pode ser dizer que estas atividades, vinculadas à pesquisa “Pedagogias Culturais do Futebol de Mulheres nas mídias sociais”, contribuíram para as discussões de “gênero” no Grupo PET Educação Física Faed/UFMS, ampliando a visão e o entendimento sobre o futebol de mulheres no Brasil, visando superar a terminologia “futebol feminino”, que reforça um estereótipo de feminilização das mulheres atletas.

¹⁰ Atividade com foco interdisciplinar que busca trazer conhecimentos diversos da área da Educação física através de minicursos com professores convidados (SIGPET,2021).

TABELA 3 – Atividades planejadas em 2021

Temática	Pesquisa	Ensino	Extensão	Outras
Núcleo de Apoio à Saúde da Família	-	-	1	-
Treinamento esporte escolar e projetos extracurriculares	1	1	1	-
CapacitaPET	1	1	1	-
PET IgTV ¿ Com a palavra... O(a) referência!!!	-	1	-	-
#Fala petiano!!!	-	-	-	1
Práticas corporais de aventura urbana e Educação Física Escolar	1	1	1	-
¿ PETCult	1	1	1	-
Evento: Semana Mais esporte	-	-	-	-
Participação em Eventos	-	-	-	4
Organização de Eventos	-	-	-	1
Campanha doação de sangue	-	-	-	1
Atividades Internas	-	-	-	6
Plantão Tira Dúvidas	-	-	-	1
TOTAL	4	5	5	14

Fonte: SIGPET (Brasil, 2022a).

No ano de 2022 foram planejadas 23 atividades. As temáticas centrais foram Treinamento escolar e saúde coletiva, e consistiram, em sua maioria, de atividades de divulgação científica (palestras, cursos, participação e organização de eventos). O termo “sexualidade” novamente não foi encontrado em nenhuma atividade. O termo “gênero”, apesar de não estar na centralidade das atividades desenvolvidas, fez-se presente 10 vezes no planejamento, repetindo-se o panorama do ano anterior, com as temáticas “diversidade de gênero pressupostos emancipatórios” e “gênero e mercado de trabalho” sendo trabalhados em apenas uma atividade formativa, com palestras e minicursos.

TABELA 4 – Atividades planejadas em 2022

Temática	Pesquisa	Ensino	Extensão	Outras
Treinamento esporte escolar e projetos extracurriculares na Educação Básica do Mato Grosso do Sul	1	1	1	
Núcleo de Apoio à Saúde da Família	1	1	1	
#Fala petiano!!!				1
CapacitaPET	1	1	1	
Evento: Semana Mais esporte				
Participação em Eventos				5
Organização de Eventos				1
PET que fim Levou				
Campanha doação de sangue				1
Atividades Internas				5
Plantão Tira Dúvidas				1
TOTAL	3	3	3	14

Fonte: SIGPET (Brasil, 2023a).

No ano de 2023, foram planejadas 27 atividades, com temáticas centralizadas nas práticas esportivas, treinamento e promoção à saúde. O termo “gênero” aparece apenas 3 vezes, citado dentro dos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS): “Alcançar a igualdade de gênero e empoderar mulheres e meninas em conformidade com a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) (Brasil, 2023a, p. 4)”. Na pesquisa pelo termo “sexualidade”, novamente não se obteve retorno dentro das atividades planejadas.

TABELA 5 – Atividades planejadas em 2023

Temática	Pesquisa	Ensino	Extensão	Outras
PET Lazer estudantil				1
Programa Academia de Saúde	1	1	1	-
Bases epistemológicas em Educação Física	1	1	1	-
#Fala petiano!!!	-	-	-	1
Formação em Educação Física e campos de atuação profissional	-	1	-	-
Metodologias pautadas na tática, aplicadas ao processo ensino-aprendizagem-treinamento do voleibol	1	1	1	-
PET Lazer comunitário	-	-	1	-
Evento: Semana Mais esporte	-	-	-	-
Impactos PET	-	-	-	-
Participação em Eventos	-	-	-	5
Organização de Eventos ¹¹	-	-	-	2
PET que fim Levou	-	-	-	-
Campanha doação de sangue	-	-	-	1
Atividades Internas	-	-	-	5
Plantão Tira Dúvidas	-	-	-	1
TOTAL	3	4	4	16

Fonte: SIGPET (Brasil, 2023a).

Os planejamentos, embora sejam documentos oficiais e contemplem as atividades pretendidas pelos grupos, podem e geralmente são ratificados e/ou complementados pelo relatório de atividades, com atividades adicionadas ou alteradas. No que tange ao PET Educação Física Faed/UFMS, embora várias atividades tenham sido inseridas nos relatórios de atividades, as temáticas “gênero e sexualidade” foram pouco exploradas.

A análise da matriz curricular dos cursos de Educação Física bacharelado e licenciatura, bem como dos planejamentos e relatórios de atividades do Grupo PET Educação Física, portanto, apontou para uma lacuna na formação inicial dos/das estudantes no que se refere ao aprofundamento das discussões sobre diversidade, gênero e sexualidade, tanto nas práticas corporais e esportivas, objeto principal de estudo nesses cursos, quanto em outras questões que são de interesse geral da sociedade, como o

¹¹ Maratoninha UFMS, Colônia de Férias

combate ao preconceito, ao machismo e às diversas formas de violências contra as mulheres e as pessoas que não se enquadram na normalização binária.

Considerações Finais

Iniciamos este artigo apresentando os seguintes questionamentos: a formação inicial em Educação Física tem contemplado as questões de gênero e sexualidade? Os cursos de graduação têm formado profissionais que mobilizam conhecimentos procedimentais e éticos, levando em consideração a diversidade cultural, as diferenças individuais e as desigualdades de acesso ao esporte e às práticas corporais entre homens e mulheres?

A análise dos dados referentes aos cursos de graduação em Educação Física Licenciatura e Bacharelado da Faed/UFMS nos permitiu formular algumas reflexões, que não esgotam o tema, por serem historicamente situadas e por partirem, sobretudo, da análise de documentos, sem, nesse momento, incluir as percepções das/os estudantes e/ou professoras/es que vivenciam o curso.

Em relação à matriz curricular do curso, os PPCs analisados nos mostram um silenciamento das discussões sobre gênero e sexualidade nas disciplinas obrigatórias. Das 3.481 horas do curso de licenciatura em Educação Física, e das 3.274 horas do curso de bacharelado, apenas 136 horas (duas disciplinas de 68h) tangenciam as discussões sobre gênero e sexualidade, conforme as ementas das disciplinas.

No que se refere ao Programa de Educação Tutorial (PET), o PET Educação Física apresentou uma gama de atividades relevantes para o contexto da Educação física, nas mais variadas temáticas, contudo, ainda muito próximas e alinhadas as matrizes curriculares, sem arriscar em temáticas sociais e questões de gênero e sexualidade.

Embora utilize o termo “gênero” em algumas atividades, esta utilização é feita de forma reducionista, a fim de contemplar uma formalidade institucional, que é a utilização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) divulgadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) sem proporcionar a centralidade para as discussões de gênero.

Nos anos investigados (2019 a 2023), observamos apenas três atividades, associadas a uma pesquisa, com a temática “gênero”, mais precisamente a discussão sobre o futebol de mulheres. As referidas atividades demonstraram preocupação com o rompimento dos papéis previamente estabelecidos de gênero, no contexto das práticas

esportivas. Contudo, não podemos deixar de observar que se trata de uma atividade, em um universo de 556 páginas e 6 anos de atividades planejadas.

Em relação à sexualidade, nos anos investigados não foram encontradas nenhuma atividade dentre as planejadas e executadas pelo PET Educação Física Faed/UFMS. Inferimos que esse silenciamento pode estar associado à ausência dessa temática na centralidade de disciplinas nas matrizes curriculares dos cursos de Educação Física.

De maneira geral, é possível afirmar que os saberes sobre gênero e sexualidade trabalhados nos cursos de graduação em Educação Física e no PET Educação Física UFMS ainda são discretos e pouco explorados. Embora os cursos possuam professoras e professores que trabalham com pesquisas em “gênero e sexualidade” na pós-graduação, aparentemente não encontram espaço para realizarem essa discussão na graduação em Educação Física.

Por fim, indicamos uma possibilidade de futuras pesquisas: investigar, com a participação das professoras, professores e estudantes, os “porquês” desse silenciamento, na percepção daquelas e daqueles que vivenciam e produzem, na prática cotidiana, os currículos formativos, a fim de contribuir para a ampliação e melhoria da área da Educação Física.

Referências

ALTMANN, Helena; AYOUB, Eliana; AMARAL, Silvia Cristina Franco. Gênero na prática docente em Educação Física: “meninas não gostam de suar, meninos são habilidosos ao jogar”? **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 491-501, maio/ago.2011.

AUAD, Daniela; CORSINO, Luciano. Feminismos, interseccionalidades e consubstancialidades na Educação Física Escolar. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 26, n. 1, e42585, p. 1-13, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9584.2018v26n142585>.

BENATTI, Igor Felipe Benatti; QUEIROZ, Viviane; LEÃO, Andreza Marques de Castro. Violência contra a mulher: uma revisão bibliográfica no contexto universitário. **Rev. Diversidade e Educação**, Rio Grande, RS, v. 10, n. 2, p.144-159, 2022. DOI: 10.14295/de.v10i2.14739.

BETTI, Mauro. Educação Física e Cultura Corporal de Movimento: uma perspectiva fenomenológica e semiótica. **Revista da Educação Física/UEM**, v. 18, n. 2, p. 207-217, 2007. DOI:[10.4025/reveducfisv18n2p207-217](https://doi.org/10.4025/reveducfisv18n2p207-217)

BETTI, Mauro. Corpo, cultura, mídias e educação física: novas relações no mundo contemporâneo. **Lecturas, Educación Física**, Buenos Aires, ano 10, n. 79, p. 1, dez. 2004.

BETTI, Mauro. Educação física e sociologia: novas e velhas questões no contexto brasileiro. *In*: CARVALHO, Yara Maria de; RUBIO, Kátia (Org.). **Educação física e ciências humanas**. São Paulo: Hucitec, 2001. p. 155-169.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 5.167, de 5 de maio de 2009**. Altera o art. 1.521 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil. 2009. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=432967>. Acesso em 11 out. 2023.

BRASIL. Lei nº. 11.180, de 23 de setembro de 2005. Institui [...] o Programa de Educação Tutorial – PET [...] e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 26 set. 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111180.htm. Acesso em 11 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Programa de Educação Tutorial. **Manual de orientações básicas**. Brasília: MEC, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pet/manual-de-orientacoes>. Acesso em 10 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Sistema de Informação Gerencial para Programa de Educação Tutorial. **Planejamento anual 2019**. IES: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Grupo: Educação Física. 2019. Disponível em: <https://prograd.ufms.br/grupos-pet-na-ufms/> Acesso em 11 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Sistema de Informação Gerencial para Programa de Educação Tutorial. **Planejamento anual 2020**. IES: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Grupo: Educação Física. 2020a. Disponível em: <https://prograd.ufms.br/grupos-pet-na-ufms/> Acesso em 11 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Sistema de Informação Gerencial para Programa de Educação Tutorial. **Planejamento anual 2021**. IES: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Grupo: Educação Física. 2021a. Disponível em: <https://prograd.ufms.br/grupos-pet-na-ufms/> Acesso em 11 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Sistema de Informação Gerencial para Programa de Educação Tutorial. **Planejamento anual 2022**. IES: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Grupo: Educação Física. 2022a. Disponível em: <https://prograd.ufms.br/grupos-pet-na-ufms/> Acesso em 11 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Sistema de Informação Gerencial para Programa de Educação Tutorial. **Planejamento anual 2023**. IES: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Grupo: Educação Física. 2023a. Disponível em: <https://prograd.ufms.br/grupos-pet-na-ufms/> Acesso em 11 set. 2023

BRASIL. Ministério da Educação. Sistema de Informação Gerencial para Programa de Educação Tutorial. **Relatório de Atividades 2020**. IES: Universidade Federal de Mato

Grosso do Sul. Grupo: Educação Física. 2020b. Disponível em: <https://prograd.ufms.br/grupos-pet-na-ufms/> Acesso em 11 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Sistema de Informação Gerencial para Programa de Educação Tutorial. **Relatório de Atividades 2021**. IES: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Grupo: Educação Física. 2021b. Disponível em: <https://prograd.ufms.br/grupos-pet-na-ufms/> Acesso em 11 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Sistema de Informação Gerencial para Programa de Educação Tutorial. **Relatório de Atividades 2022**. IES: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Grupo: Educação Física. 2022b. Disponível em: <https://prograd.ufms.br/grupos-pet-na-ufms/> Acesso em 11 set. 2023.

BRITZMAN, Deborah. Curiosidade, sexualidade e currículo. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Autêntica. Belo Horizonte, 1999. p. 83 – p. 112.

CAMACHO-MIÑANO, Maria José; GRAU, María Prat. Violencia simbólica en la educación física escolar: un análisis crítico de las experiencias negativas del futuro profesorado de educación primaria. **Movimento**, Porto Alegre, v. 24, n. 3, p. 815-826, jul./set. de 2018. <https://doi.org/10.22456/1982-8918.79171>.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Superior. Resolução nº 6, de 18 de dezembro de 2018. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Educação Física e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, Seção 1, p. 48-49, 19 dez. 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2018-pdf/104241-rces006-18/file>. Acesso em 9 out. 2023.

CORREA, Luciana Lopes Ferreira. **O Programa de Educação Tutorial (PET) e a permanência de estudantes na UFMS**. 2021. 151 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2021.

CORSETTI, Berenice. A análise documental no contexto da metodologia qualitativa: uma abordagem a partir da experiência de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unisinos. **UNirevista**, São Leopoldo, v. 1, n. 1, p. 32-46, 2006.

DESLANDES, Keila. **Formação de professores e Direitos Humanos: construindo escolas promotoras da igualdade**. São Paulo: Autêntica, 2016.

FRANCO, Maria Teresa Bejarano; MARTÍN, Irene Martínez. Debates teóricos sobre sexualidade a partir do ensino de narrativas na formação inicial. **Rev. Diversidade e Educação**, Rio Grande, RS, v. 10, n. 2, p.47-69, 2022. Doi:10.14295/de.v10i2.14874.

FURLANI, Jimena. Sexos, sexualidades e gêneros: monstrosidades no currículo da Educação Sexual. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 46, p. 269-285, dez. 2007. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/edur/n46/n46a11.pdf>. Acesso em 11 out. 2023.

HARAWAY, Donna. **Ciencia, cyborgs y mujeres: la reinvencción de la naturaleza.** Trad. Manuel Talens. Madrid: Ediciones Catedra, 1995.

KESSLER, Claudia Samuel. O futebol de mulheres: notas de rodapé. In: MARTINS, Mariana Zuaneti; WENETZ, Ileana. (Org.) **Futebol de mulheres no Brasil: desafios para as políticas públicas.** Curitiba: CRV, 2020. p. 49-63.

LOURO, Guacira Lopes. 'Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade.** Autêntica. Belo Horizonte, 1999. p. 7 – p. 34.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 46, p. 201–218, dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/5mdHWDNFqgDFQyh5hj5RbPD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 10 out. 2023.

MARTIN, Maria Graça Moraes Braga. **O Programa de Educação tutorial-PET: formação ampla na graduação.** 96 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

NÓBREGA-THERRIEN, Silvia Maria; THERRIEN, Jacques. Trabalhos científicos e o estado da questão: reflexões teórico-metodológicas. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 15, n. 30, p. 5-16, jul./dez. 2004.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs> Acesso em: 25 jun. 2023.

RAMALHO, Carla Chagas; SANTOS, Juliana Valéria Souza; CARDOSO, Fernanda de Souza; PEREIRA, Marina Grazielle Mendes. Gênero nos currículos dos cursos de licenciatura e bacharelado em Educação Física nas universidades de Minas Gerais. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 34, n. 65, p. 01-20, 2022. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-8042.2022.e83753>

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo.** Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SOUZA, Elizeu Clementino de. Diálogos cruzados sobre pesquisa (auto)biográfica: análise compreensiva-interpretativa e política de sentido. **Educação**, Santa Maria, v. 39, n. 1, p. 39-50, jan./abr. 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. Conselho de Graduação. Resolução nº 723, de 15 de dezembro de 2022. Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Educação Física - Bacharelado da Faculdade de Educação. **Boletim Oficial da UFMS**, Campo Grande, n. 7945, 20 dez. 2022a. Disponível em: <https://faed.ufms.br/educacao-fisica/>. Acesso em 11 out. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. Conselho de Graduação. Resolução nº 724, de 16 de dezembro de 2022. Aprova o Projeto Pedagógico do Curso

de Educação Física - Licenciatura da Faculdade de Educação. **Boletim Oficial da UFMS**, Campo Grande, n. 7945, 20 dez. 2022b. Disponível em: <https://faed.ufms.br/educacao-fisica/>. Acesso em 11 out. 2023.

Recebido em outubro de 2023.

Aprovado em dezembro de 2023.